



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638497 - AC (2021/0000963-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FABIANO MAFFINI E OUTROS
ADVOGADOS : FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO - AC000777
FABIANO MAFFINI - AC003013
PERCILIA MOREIRA MAFFINI - AC005431
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : KLEYSON DE SOUZA BARATA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KLEYSON DE SOUZA BARATA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (*Habeas Corpus* n. 1002102-76.2020.8.01.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente por integrar, em tese, a organização criminosa denominada Comando Vermelho, bem como porque contra ele há registros de condenações transitadas em julgado pela prática dos crimes de homicídio tentado e de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e pela existência de ação penal em curso em que é acusado do cometimento do crime de receptação.

O impetrante sustenta a desnecessidade da segregação preventiva, ao argumento de que o paciente não representa ameaça à ordem pública, não obstruirá o curso da instrução criminal e não se furtará de cumprir eventual condenação. Alega a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória do paciente, com a imediata expedição do alvará de soltura, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente